

Desta Vossa Ilha de Vera Cruz... é já outro Portugal!

Ana Maria de Azevedo

«Deste Porto Seguro,
da vossa Ilha de Vera Cruz...»

ASSIM TERMINA A CARTA DE PÊRO VAZ DE CAMINHA ao monarca português D. Manuel I a dar testemunho da chegada dos Portugueses, no início de Quinhentos, a terras, onde se veio a construir o Brasil. Alguns anos mais tarde, no final do século o Padre Fernão Cardim afirmou num dos seus textos que «...*neste Brasil é já outro Portugal*»¹.

Separavam estes dois homens cerca de noventa anos e duas formações diferentes. Ao escrivão contrapunha-se o Jesuíta, mas entre os dois homens tinham decorrido anos de presença de Portugueses e já alguns da acção da Companhia de Jesus. O encontro com a terra e as gentes brasílicas foi diferente, mas os dois testemunhos são, sem dúvida alguma, importantes para o conhecimento do Brasil, quer no momento da chegada, quer quase um século depois.

O encontro de Caminha é descrito num texto vivo e minucioso, que tem sido considerado como a «certidão de nascimento» do Brasil, já que foi escrita no momento do achamento do território, ou pelo menos da chegada oficial dos Portugueses ao território de Vera Cruz, mais tarde denominado de Santa Cruz e posteriormente de Brasil. Texto em que o escrivão de el-rei procura transmitir tudo o que poderia interessar ao monarca e que este conseguisse visualizar através dos olhos do cronista.

Certidão do nascimento, diploma natalício, fonte documental, são epítetos merecidos para definir o valor do texto escrito por Caminha. Fonte histórica que pela descrição verídica, conteúdo original e beleza do estilo, basta para fazer a história do acontecimento da chegada ao território brasileiro, o que faz dele o próprio *documento*, transformado em *história*². Através dos olhos do seu autor entramos em contacto com a terra e as gentes da suposta ilha de Vera Cruz. Ele é «o pintor do contacto»³, o primeiro a escre-

«Povos bravos e nus, previamente desconhecidos»,
gravura na edição alemã das cartas de Américo
Vespúcio a Piero Soderini, Estrasburgo, 1509.



ver ou a descrever os povos ameríndios no seu ambiente e a enviar para a Europa uma imagem do que observava.

Imagem que é transmitida de uma forma tão rica que é como se estivéssemos presentes na praia no momento da chegada, naquela quinta-feira, 23 de Abril de 1500. Imagem que marcou os homens que desembarcaram e que deveriam observar aqueles novos povos, «...A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bemfeitos. Andam nus, sem cobertura alguma...». Novos povos que não se coadunavam com os seres conhecidos até então e, que procediam de forma diferente, mas simpática e sem qualquer agressividade perante os desconhecidos que desembarcavam no seu território, vindos do mar, cobertos de vestuário e com atitudes nunca vistas. Era o encontro de dois povos e duas culturas.

É o contacto com o «Outro», que sem ser o «gentio» era encarado de forma muito radical pelo Homem de inícios de Quinhentos, antes do movimento da Expansão Marítima, pondo-se em causa se seriam humanos ou bestas, como já o tinham feito autores clássicos, como Ptolomeu, ao afirmar «[...]homens selvagens antropófagos, com feição disforme e horrível, as duas regiões extremas da Terra [...], trata-se de seres acerca dos quais é difícil precisar se são homens ou bestas»⁴.

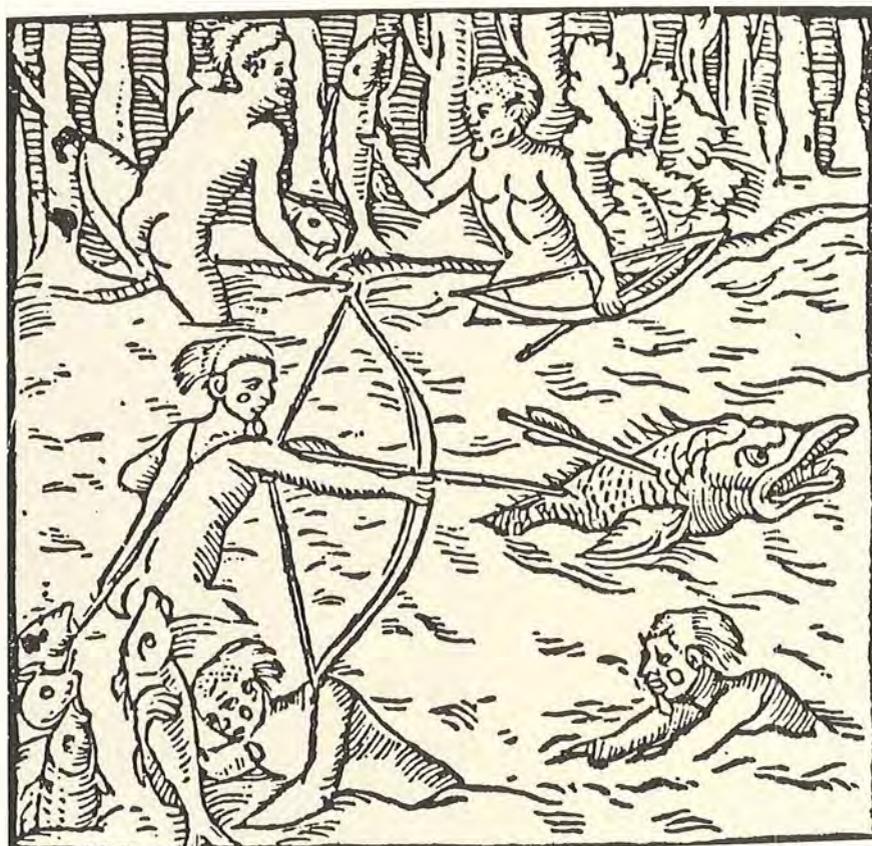
Mas em Caminha a descoberta do Outro civilizacional é ainda, um imenso território de obstáculos, parcialmente conscientes, que o início do século XVI não consegue problematizar e vencer fora de quadros etnocêntricos centrados sobre si mesmo. O antropológico dá-se através dum jogo de espelho que tende necessariamente para um etnocentrismo, isto é, uma negação da diferença e uma afirmação da redução do Outro ao Mesmo⁵.

O discurso de Pêro Vaz, apesar de considerar o Outro diferente, ao integrá-lo no espaço em

que vive, na beleza da paisagem e nas atitudes evidenciadas, não deixa de produzir analogias do Outro com a idade primeira da civilização cristã, considerando-o mesmo próximo de Adão, «[...] Assim, Senhor; a inocência desta gente é tal, que a Adão não seria maior; quanto a vergonha»⁶.

Esta descrição de Pêro Vaz de Caminha, que encontramos de forma sistemática nos diversos autores quinhentistas e seiscentistas quase correspondiam ao tradicional tema dos hortos das delícias⁷. Nelas se trata da bondade dos ares, da sanidade da terra, da feliz temperança do clima, da abundância e variedade do mantimento,

Pesca com arco e flecha, gravura em *Wahrafftige Historia und beschreibung einer andtschaft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschenfresser Leuthen in der Newenwelt America Gelegen* (Verdadeira História e Descrição de um País de Selvagens, Nus e Cruéis Gentes devoradoras de Homens no Novo Mundo chamado América) de Hans Staden, Marburgo, 1557.



principalmente das frutas, tão estranhas e exóticas, da amenidade e beleza da vegetação, sugerindo a imagem dos formosos jardins e hortos do Éden⁸. Era a nostalgia do jardim do Paraíso Terreal e a convicção de que se aproximavam os tempos escatológicos, a par da vontade de estender a religião cristã a terras novas e do anseio de encontrar o «*tão desejado ouro e pedras preciosas*» e outros produtos raros. Tudo se conjugava para serem aquelas terras consideradas tão maravilhosas como o verdadeiro Paraíso Terrestre, terras abençoadas que assediavam desde a Antiguidade a imaginação dos Ocidentais⁹.

A atracção pelas novas paisagens, odores, sabores e cores conjuga-se também, naturalmente, com a atracção pelos novos povos pela primeira vez contactados. Tema que, ainda hoje é abordado na bibliografia sobre o Brasil colonial, quer através do confronto com os povos ainda sobreviventes, sobretudo no interior do Brasil, onde conseguiram refugiar-se após a chegada dos Europeus, e depois de travarem diversas lutas entre si pela disputa do litoral, os quais mantêm muitas das características fisiológicas, sócio-económicas e culturais, quer através das informações que chegaram até nós. No entanto, estes testemunhos são muito diversos e por vezes divergentes nos seus dados, escritos por homens pertencentes a outro universo civilizacional profundamente diferente, de índole diversa e de origens profissionais muito variadas. Trata-se de relatos de viagens e de perspectivas até divergentes: há jesuítas ibéricos, como Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim e Francisco Soares, franciscanos e capuchinhos franceses, como André Thevet, Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, o huguenote Jean de Léry, o colono Gabriel Soares de Sousa, o artelheiro alemão Hans Staden, o humanista Pêro de Magalhães de Gândavo, entre outros, além das *Cartas Jesuíticas*.

As abordagens descritivas sobre a terra e as gentes do Brasil constituíram um rápido acréscimo dos dados humanos e científicos anteriores, contribuindo para um melhor conhecimento da terra e das populações indígenas.

A este Paraíso se refere Caminha ao dar a conhecer ao monarca as potencialidades da terra descoberta, «*Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achámos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem*»¹⁰.

Apesar de atraído pelas novas paisagens, odores, sabores e cores, Caminha mostra-se sobretudo mais perturbado pelos novos povos, pelos seus hábitos, gostos, adornos e, sobretudo, pelas suas reacções.

Quando os tripulantes da armada de Pedro Álvares Cabral desembarcaram na Terra, denominada de Vera Cruz, avistaram Tupiniquins, grupo tribal pertencente ao ramo tupi, da grande família tupi-guarani que, segundo a maioria das teses, será originária da Amazónia¹¹. Povos diferentes que Caminha, como já referimos, descreve ao monarca de forma colorida, como um pintor, no preciso momento do encontro, «*Dali avistámos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. [...] Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas.*

[...] *A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes,*

bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas, e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador: [...] Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobre-pente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas... »¹².

Ameríndios ou gentios, como usualmente eram denominados pelos cronistas e viajantes de Quinhentos e Seiscentos, eram populações diferentes e com estádios civilizacionais diversificados e que evoluíram à margem das chamadas «grandes civilizações», quer sejam ocidentais, orientais ou meso-americanas. Sociedades que desenvolveram, no entanto, um modelo cultural adequado às características do ecossistema da floresta tropical, com técnicas de caça e pesca, e até agrícolas, apesar de continuarem recolectores, e com um diversificado conjunto de instrumentos, a par de uma organização social e política muito específica e de um sistema de crenças¹³.

Eram homens assim que Caminha terá encontrado e que procurou dar a conhecer ao seu monarca «[...] o melhor que eu puder, ainda que – para o bem contar e falar, o saiba fazer pior que todos»¹⁴. Homens e mulheres formosos, de corpos robustos, bem feitos, de bons rostos e narizes, limpos, formosos, com cabelos lisos e cuidados.

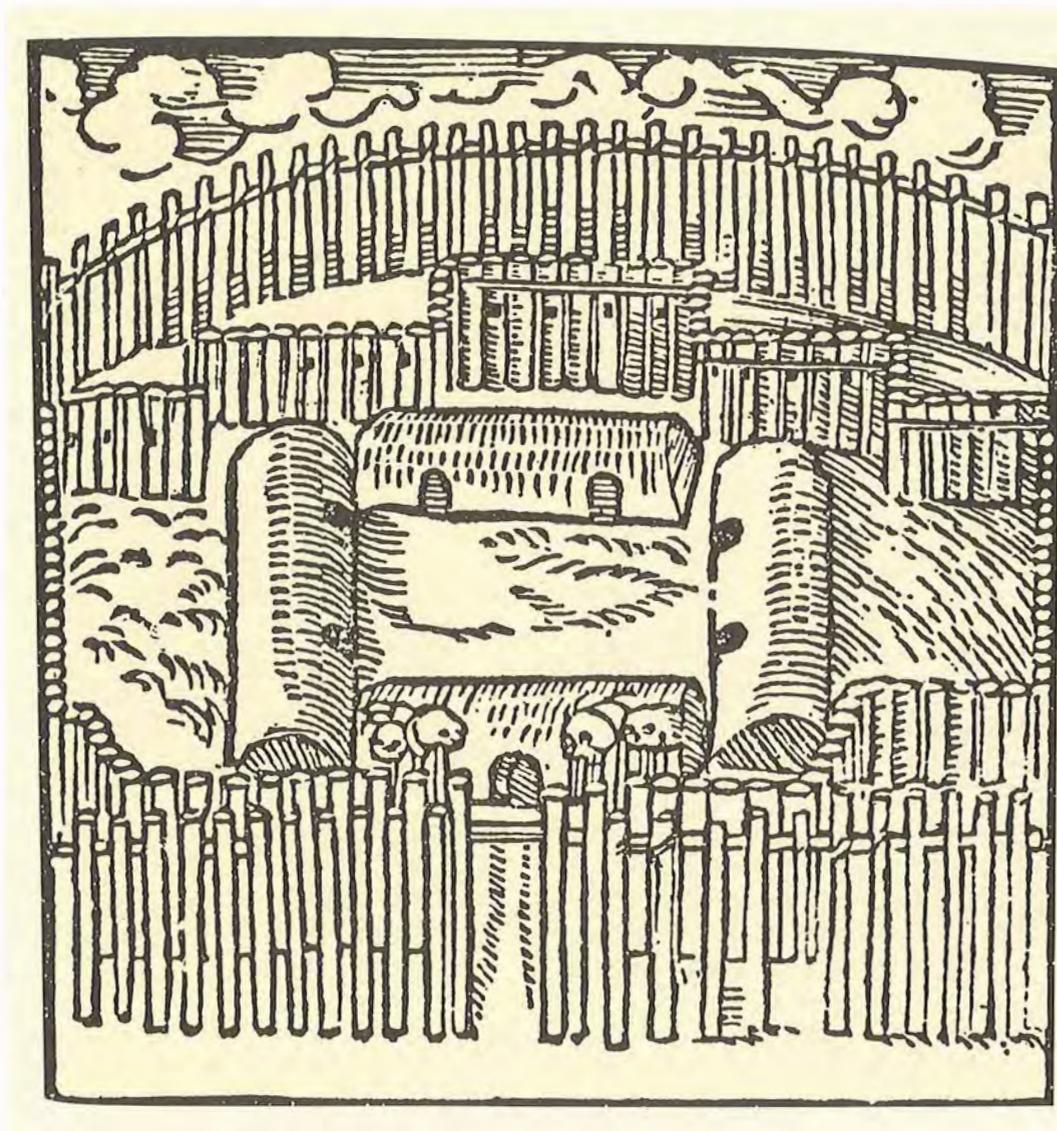
Homens e mulheres que andavam nus e que não escondiam as suas vergonhas, «[...] *Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto*»¹⁵. Nudez que não ofendeu o nosso cronista, como aliás também aconteceu com outros navegadores e viajantes da época, que se deixa-

ram encantar com a nudez dos Ameríndios. Os próprios padres Jesuítas, alguns anos depois, descrevem esta nudez como sendo algo natural e que não devia ser encarada como vergonhosa. A esse hábito se refere, nos finais do século XVI, o padre Fernão Cardim nos seus *Tratados*, «*Todos andam nus assim homens como mulheres, e não têm género nenhum de vestido e por nenhum caso verecundant, antes parece que estão no estado de inocência nesta parte, pela grande honestidade e modéstia que entre si guardam, e quando algum homem fala com mulher vira-lhe as costas*»¹⁶.

De facto, a nudez terá sido um dos hábitos das Sociedades Ameríndias que deve ter impressionado mais os homens de Quinhentos, humanistas, viajantes ou não, atendendo aos valores morais da época. Para o Europeu, o corpo humano era o instrumento directo do pecado e, como tal, devia ser o mais coberto possível, castigado e escondido, até mesmo os cabelos, no caso das mulheres, para não atraírem sexualmente os homens¹⁷. Enquanto que, para o Ameríndio, ele servia para o contacto directo com a natureza, uma forma de comunhão com os outros seres vivos e até de vivência em comunidade, facilitada pelas condições climáticas.

O que transparece do texto de Caminha, como no de Cardim e, nos da maioria dos escritores coevos não é um tom de crítica mas sim de espanto por este hábito, que o referem com inocência e naturalidade, procurando descrever todos os sinais evidentes dessa nudez, não só dos homens como também das mulheres, que consideram mais graciosas e belas que as portuguesas, «*Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. [...] E uma daquelas moças era tão tingida, debaixo a cima*

Taba (aldeia) dotada de caiçara (paliçada), gravura em *Wahrhaftige Historia und beschreibung einer andtschaft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschenfresser Leuthen in der Newenwelt America Gelegen* (Verdadeira História e Descrição de um País de Selvagens, Nusas e Cruéis Gentes devoradoras de Homens no Novo Mundo chamado América) de Hans Staden, Marburgo, 1557.



daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela»¹⁸, assim as descreve Caminha.

45

A benevolência deste escrivão, que chega a ser encantamento, sobretudo com as índias, não é evidentemente uma entrega, mas apenas um assentimento paternalista, mas também cortês¹⁹. Cortesia que está bem evidente, na recepção preparada aos indígenas que foram à nau



capitânia. Simpatia, tolerância, agrado, encantamento e até um certo carinho por aqueles que vinham às naus, que comiam e, deitavam-se e até dormiam no chão da nau sem medo ou temor algum dos portugueses. O índio não é ainda o antropófago, o inimigo a vencer, o homem a subjugar em escravo, o «selvagem».

Mesmo nos escritos do Padre Fernão Cardim e, apesar de terem passado já cerca de noventa anos de presença portuguesa no território brasílico e de este jesuíta ter contactado com povos Macro-Tupi, que já contavam com cerca de trinta anos de catequese sistemática, iniciada no governo de Tomé de Sousa, pelo Padre Manuel da Nóbrega, a quem os Jesuítas procuraram transmitir hábitos mais moderados, sobretudo no que concerne à antropofagia, poli-

gamia e consumo de bebidas fermentadas, o *cauim*, o Índio brasileiro é apresentado como ágrafo, isto é, sem conhecimento de escrita, o que nos impede de conhecermos as suas ideias ou os seus pensamentos.

O indígena «cardiniano» é descrito, na maior parte das vezes, de forma simpática e respeitosa. É dócil, alegre, afável, melancólico por vezes, com gosto pela música, dotado de ritmo e com capacidades de bom dançarino e cantor. Vaidoso nos seus adornos e armas, gosta de se enfeitar e de utilizar cores garridas. Aprecia as mulheres, mas respeita-as e procura protegê-las. Mostra-se admirado com as suas capacidades físicas, apodando-os de corajosos, resistentes à dor e às intempéries, ágeis e valentes, com boa visão e audição. Qualidades que

Pormenor da Carta do Brasil no atlas universal de Diogo Homem, c. 1558.
The British Library, Londres.

faziam deles bons caçadores, nadadores e pescadores²⁰.

Mostra-o ainda sem conhecimento da origem do Mundo. Não é de estranhar que Cardim, sendo um homem de Quinhentos, considere que os Índios não tinham, de acordo com os parâmetros da época, uma religião. Mas através da sua descrição testemunha-se a existência de crenças numa religião natural, ao afirmar que sabem que têm alma e que esta não morre, «*Não têm nome próprio com que expliquem a Deus, mas dizem que Tupã é o que faz os trovões e relâmpagos, e que este é o que lhes deu as enxadas, e mantimentos, e por não terem outro nome mais próprio e natural, chamam a Deus Tupã...*»²¹.

A atracção de Caminha vai também para os adornos utilizados pelos silvícolas, que descreve com a minúcia do bom observador e de um etnógrafo, se as compararmos com as descrições posteriores e com alguns artefactos utilizados ainda hoje pelos Índios. Toucados de penas amarelas, vermelhas e verdes; ossos ou pedras nos beiços de baixo furados e o corpo pintado de cores vivas. Espanto ou admiração, mas sobretudo realismo na descrição, «*muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos a saber; um no meio e os dois nos cabos*»²².

Maior interesse vai ainda, para as pinturas com que decoravam os corpos, «*[...] e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram se sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha*»²³. E aludindo a outro grupo que se aproximou do Capitão junto ao rio, «*Ali veríeis galantes, pintados de preto e verme-*

lho, e quartejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo pareciam bem assim»²⁴.

A Carta de Caminha não é só fundamental para o conhecimento físico dos povos contactados, mas também pelo conhecimento que se tem do seu temperamento e até da sua índole. É a descrição do comportamento do indígena no momento da chegada. O primeiro contacto que é transposto para as páginas de Caminha, como vai ser para as dos outros viajantes que vão pisar o solo brasileiro.

O indígena deste escrivão é apresentado, na maior parte das vezes, de uma forma simpática e respeitosa. É descrito como dócil, afável, alegre, risonho, folgazão, curioso, loquaz, cauteloso, com gosto pela música, dotado de ritmo, «*neste dia, enquanto ali andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus*»²⁵. Vaidoso nos seus adornos que gostava de se enfeitar e de utilizar cores garridas. Receptivo e cooperante com os recém-chegados mostravam capacidade de sociabilidade, de troca de oferendas, de conviver, «*Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturavam-se connosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha ou por qualquer coisa. Em tal maneira isto se passou que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, deles verdes e deles amarelos...*»²⁶.

Situação aliás diversas vezes descrita por Caminha, que talvez quisesse frisar bem ao monarca o que observava e que, tanto o atraía naquele momento da chegada e do encontro inesperado, «*Andavam todos tão dispostos, tão bem feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha, quanta*

podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis. Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles»²⁷.

Gente inocente, sem consciência do mal, como do bem, naturalmente boa, ignorante, bestial, que seria fácil trazer, por que humana, de seu estado natural à virtude consciente do Cristianismo, único meio de alcançar sua eterna salvação. Vivia em inocência análoga àquela em que Adão vivia no paraíso, antes de comer fruto da árvore da ciência do bem e do mal, sem olhos para ver suas vergonhas. E de certo modo aqui nos aproximamos do homem que Deus pôs no paraíso terrestre²⁸.

Gente dócil e inocente que seria fácil de converter, é uma das mensagens que Caminha se apraz de enviar logo para a Coroa, ao concluir que não tinham nenhuma crença, «Parece-me gente de tal inocência que, se homens os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença [...] se hão-de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade»²⁹.

Influenciado pela docilidade dos indígenas, pela sua receptividade à missa, que acompanharam com atenção e gosto, participando, repetindo o que viam fazer aos portugueses e pela forma como beijaram a cruz, Caminha considera os Ameríndios como fáceis de converter. Opinião muito marcada pelo ambiente edênico que encontraram e, pela ideia que esta gente era «virgem», uma página branca, à espera da inscrição portuguesa e cristã, mas que já tinha uma predisposição para o Cristianismo. Figuras da alteridade que se baseiam no egocentrismo, na identificação dos seus próprios valores com os valores em geral³⁰.

Mais tarde, o contacto com estes povos veio questionar esta ideia e o próprio Manuel da Nóbrega virá afirmar que, «... a gentildade a

nenhuma coisa adora, nem conhecem a Deus, somente aos trovões chama Tupã, que é como quem diz coisa divina»³¹. Pêro de Magalhães de Gândavo assumirá uma opinião mais radical, ao escrever na sua *História da Província de Santa Cruz*, «[...] A língua que usam [...] carece de três letras, convém a saber, não se acha nela f, nem l, nem r, coisa digna de espanto, porque assim não têm fé, nem lei, nem rei [...]. Não adoram a coisa alguma, nem têm para si que há depois da morte glória bons e pena para os maus»³². Descrições que vieram marcar a opinião que se criou sobre as crenças entre as sociedades ameríndias e que mais tarde se veio a compreender que não eram verdadeiras, na medida em que estas eram marcadamente religiosas.

Se, em princípio, a situação de «*tanquam tabula rasa*»³³, atribuída aos povos ameríndios, parecia favorável à sua catequização, ela veio a revelar-se, pelo contrário, negativa, pois se por acaso existisse um rei, e este se convertesse, a população seguiria o seu exemplo. Se houvesse uma religião para confrontar, seria de o fazer, para mostrar a força do Cristianismo. Assim, este condicionalismo veio marcar uma das características da conversão do gentio, que devia ser individual, índio a índio, ou melhor, como logo perceberam os Jesuítas, de menino índio a menino índio, os *curumis*, e destes aos índios adultos.

Como observador perspicaz Caminha não fica apenas pela descrição dos Tupiniquins, procura ainda explicar o seu modo de vida, o que o leva a retirar algumas conclusões que se viriam a verificar inadequadas, como o caso de, «Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam»³⁴. Se de facto não existiam animais de criação, exis-

Índios fumando tabaco, gravura em *Les Singularités de la France Antarctique, autrement nommée Amerique & de plusieurs terres & îles découvertes de notre temps* de André Thevet, 1557, Paris. Bibliothèque national de France, Paris.

tia uma agricultura de coivara praticada pelos Ameríndios, que lhes permitia consumir exatamente o inhame, tal como a mandioca que se baseia na utilização dos meios vegetativos de reprodução, ou seja, no cultivo através de mudas e não por sementeira.

Alimentação diferente que Caminha não deixa de elogiar, confrontando com os hábitos alimentares europeus, «*E com isto andam tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos*»³⁵. A questão da alimentação é muito curiosa, na medida em que se nota a diferença entre o «eu», que come *pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados...* e os «outros» que *não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançavam fora*³⁶. Contactos e permutas que dias depois, já levam alguns indígenas a comerem muito bem, *lacão cozido, frio e arroz* e navegadores a saborearem *daquela*



*vianda, que eles tinham, a saber muito inhame e outras sementes, que na terra há e eles comem*³⁷. É interessante referir que a receptividade ao vinho é mencionada várias vezes alegando Caminha que *o não bebiam bem*, possivelmente porque terão assistido a alguma celebração em que consumissem muito *cauim*.

De início considera que não têm habitação e que viviam ao relento o que contribuía para terem boa compleição física e andarem sempre tão limpos como *as aves ou alimárias monteses*, «[...] *Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham, e o ar, a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora vimos casa alguma ou maneira delas*». Mas após o regresso de um dos degredados, Afonso Ribeiro, já considera a hipótese de terem *umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes*. Opinião que altera depois do testemunho dos degredados que o capitão mandara *que fossem lá andar entre eles*, descreve as *tabas* (aldeias) e as *ocas* ou *malocas* (casas), de forma precisa, «[...] *a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitaina. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas de uma só peça, sem nenhum repar-timento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta em que dormiam. Debaixo, para se aguentarem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro*»³⁸.

Não deixa de referir um dos contributos dos Ameríndios, a rede de dormir, ainda hoje marca permanente da sociedade brasileira, que se transpôs das ocas ou malocas indígenas para as «casas grandes» e que os Índios fabricavam em algodão, que já cultivavam antes do contacto com os Europeus. A mesma referência é feita por Cardim, ao mencionar a sua utilização nas viagens para o interior, «[...] *Todo este gentio tem por cama umas redes de algodão, e ficam nelas*

*dormindo no ar; estas fazem lavradas, e como no ar, e não tem outros cobertores nem roupa, sempre Verão e Inverno têm fogo debaixo...*³⁹. A rede tem sido considerada por alguns etnólogos como, depois da farinha de mandioca, o primeiro elemento da adaptação, de acomodação e de conquista do colono português⁴⁰.

Mas se conheciam o algodão e o utilizavam, desconheciam o ferro e outros metais, como disso dá conhecimento Pêro Vaz, «[...] *porque eles não têm coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas com cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas...*»⁴¹. Não deixam, no entanto de fazer as suas ferramentas de paus e pedras, como ficou dito em relação ao machado gentílico, aqui descrito pela primeira vez, que o escrivão ainda dá conhecimento ao monarca dos arcos e flechas, frisando que, «[...] *da feição dos seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, as setas também compridas e os ferros delas de canas aparadas...*»⁴². Instrumentos que trocaram por carapuças ou por qualquer outra coisa que lhes davam.

Em Caminha não é só o outro que é evidente, ainda que seja o personagem principal, apresentando também um pouco da terra, com bons ares, temperados, semelhantes, na opinião de Caminha aos de Entre Douro e Minho. Se os ares são bons, a abundância de águas é ainda maior, o que permitiria plantar tudo o que se quisesse, «*Águas são infundas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem*»⁴³. Conselho que Caminha não deixa de apresentar ao seu monarca, além da salvação das almas indígenas e do aproveitamento da terra como pousada para a navegação do Oriente.

Conselho que D. Manuel I não toma muito em consideração, atendendo ao seu interesse em impor a hegemonia portuguesa no Índico, na conquista e vassalização do reino de Fez e no domínio do acesso ao Mar Vermelho. A partir da

década de 1530 e, atendendo à conjuntura do Reino e do Império do Oriente, a par da situação europeia, D. João III decidiu iniciar a colonização do Brasil. Muitas armadas para lá se dirigiram e outras expedições por terra depois de se embrenharem pelos sertões. Foram-se fixando populações portuguesas e começou a delinear-se o imenso território que é hoje o Brasil. Meio século mais tarde Cardim afirmava que era *outro Portugal* que se estava a construir no Brasil, transpondo pessoas, costumes, técnicas, a par de leis, taxas, regimentos, ideologia, religião e valores.

A marca portuguesa e «regional» deslocava-se, para um outro Brasil de concepção «atlântica», graças ao papel da Administração e, ao esforço, sem dúvida criador do homem português que se prendeu à terra, da participação dos povos ameríndios, a par do trabalho dos escravos negros que, desde muito cedo, foram importados em grande número de África. Fundavam-se povoados, abriam-se linhas de comércio, criavam-se cargos públicos e aumentavam os interesses privados, cristianizava-se o gentio, descobriam-se novas riquezas e defendia-se a terra, de forma a que nenhuma das suas parcelas fosse ocupada por estrangeiros⁴⁴.

Construía-se no território descoberto, ou «achado», pela armada de Pedro Álvares Cabral, em Abril de 1500, um novo espaço, um novo território e mais tarde um novo país, o *Brasil*. De facto, o Brasil não existia aquando da chegada das naus cabralinas. «Topou-se» com uma terra que foi designada de Vera Cruz, e que até se considerou poder ser uma ilha, mais uma entre as muitas existentes no Oceano Atlântico. Não se deu muita importância ao seu descobrimento, mas o importante veio mais tarde, quando se começou a reconhecer a ampla costa e a chegar-se à conclusão de que se estava num Novo Continente e que esse conhecimento vinha destornar as concepções dos Antigos, como de Ptolomeu⁴⁵. O importante veio quando se começou a

Interior de um oca (casa comunitária), gravura em *Les Singularités de la France Antarctique, autrement nommée Amérique & de plusieurs terres & îles découvertes de notre temps* de André Thevet, 1557, Paris. Bibliothèque national de France, Paris.



construir a partir daquela *Vossa Ilha de Vera Cruz... um novo Portugal!*

Um novo Portugal que continua a ter a marca portuguesa, a par da ameríndia e africana. E que continua, de certa forma, a mostrar que Caminha e Cardim não deixaram de ter razão, ao afirmar que *Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz... um novo Portugal nasceu.*

¹ Cf. Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 157.

² Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. I- Séculos XII-XVI, Lisboa, Editorial Verbo, p. 293.

³ Cf. António Ferronha (coord.), «O encontro inesperado», in *O Confronto do Olhar: o encontro de povos na época das navegações portuguesas nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Caminho, 1991, pp. 215-255.

⁴ Cf. Pierre d'Ailly, *Imago Mundi*, ed. bilingue de Edmond Buran, Paris, 1930, vol. 2º, pp. 362-363, cit. in J. S. da Silva Dias, *op. cit.*, p. 193.

⁵ Cf. Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, I.N.-C.M., 1983, pp. 177-184.

⁶ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *Carta a el-rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, in Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 173.

⁷ Veja-se o nosso artigo «O Índio brasileiro. O «olhar» quinientista e seiscentista», in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, coord. de Fernando Cristóvão, Lisboa, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 305-335.



«Da morte que dam aos cativos & crueldades que usam com elles», *História da Província de Santa Cruz a quem vulgarmente chamamos Brasil*, de Pêro Magalhães de Gândavo, 1576, Biblioteca Nacional, Lisboa.

⁸ Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos do Descobrimento e Colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1959, pp. 269-270.

⁹ Cf. Jean Delumeau, *Uma História do Paraíso. O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar, 1994, p. 134.

¹⁰ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, pp. 173-174.

¹¹ Cf. Jorge Couto, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 41-60.

¹² Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, pp. 157-159.

¹³ Sobre esta temática veja-se o estudo introdutório de Ana Maria de Azevedo a Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 9-60.

¹⁴ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 156.

¹⁵ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 158.

¹⁶ Cf. Fernão Cardim, *op. cit.*, p. 170.

¹⁷ Cf. *História da Vida Privada*, vol. II, dir. Philippe Ariès, trad. port., Lisboa, Ed. Afrontamento, 1990, pp. 362-363.

¹⁸ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 161.

¹⁹ Cf. Leyla Perrone-Moisés, «Memos: Leituras de Caminha», in *Invenção do Brasil*, Pub. do Museu Aberto do Descobrimento, Fundação Quadrilátero do Descobrimento, 1997, pp. 78-79.

²⁰ Veja-se sobre esta temática a «Introdução» de Ana Maria de Azevedo, in Fernão Cardim, *op. cit.*, pp. 34-50.

²¹ Cf. Fernão Cardim, *op. cit.*, pp. 165-166.

²² Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 161.

²³ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 163.

²⁴ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 165.

²⁵ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 171.

²⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 167.

²⁷ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 170.

²⁸ Cf. Manuel Viegas Guerreiro, *A Carta de Pero Vaz de Caminha lida por um etnógrafo*, Lisboa, Edições Cosmos, 19992, pp. 13-14.

²⁹ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 170.

³⁰ Cf. António Luís Ferronha, «O encontro inesperado» - Parte I «As primeiras imagens do Brasil», in *O Confronto do Olhar: O encontro dos povos na época das Navegações Portuguesas*, coord. de António Luís Ferronha, Lisboa, Caminho, pp. 216-255.

³¹ Cf. Manuel da Nóbrega, «Informação das Terras do Brasil», in *Cartas do Brasil e mais escritos*, org. de Serafim Leite, Coimbra, Ed. da Universidade de Coimbra, 1955, p. 62.

³² Cf. Pêro de Magalhães Gândavo, *História da Província de Santa Cruz a quem vulgarmente chamamos Brasil*, comentário final de Jorge Couto in *O Reconhecimento do Brasil*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, p. 102.

³³ Esta expressão é referida no manuscrito existente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, de 31 de Dezembro de 1583, ms. n.º CXVI, fl. 44, incluído numa Miscelânea de manuscritos, com o título genérico de *Cousas do Brasil*, que tem sido atribuído ao Padre José de Anchieta, mas tem sido levantada a possibilidade de ser do P. Fernão Cardim.

³⁴ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 171.

³⁵ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 171.

³⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 159.

³⁷ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 168 e 169.

³⁸ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 167-168.

³⁹ Cf. Fernão Cardim, *op. cit.*, pp. 169-170.

⁴⁰ Cf. Câmara Cascudo, *Rede de dormir, (Uma pesquisa etnográfica)*, Serv. Doc., MEC, Rio de Janeiro, 1959, p. 25.

⁴¹ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 168.

⁴² Cf. *idem*, *ibidem*, p. 169.

⁴³ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 173-174.

⁴⁴ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, pp. 1-2.

⁴⁵ Cf. Joaquim Romero Magalhães, «Editorial», in revista *Oceanos*, n.º 39, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Julho/Setembro 1999, p. 5.